

## **PRESENTACIÓN**

# **Guerra, Revolução, Retorno. Portugal, 50 anos depois do 25 de Abril**

**ANA SOFIA FERREIRA**

(FLUP e IS/FLUP)

**CARLOS MARTINS**

(IS/FLUP)

**MANUEL LOFF**

(FLUP e IHC-NOVA-FCSH/IN2PAST)

**SÉRGIO NETO**

(FLUP e CITCEM)

**SÍLVIA CORREIA**

(FLUP e IS/FLUP)

Os 50 anos das últimas transições democráticas da Europa ocidental (Portugal, Espanha e Grécia) cumprem-se num tempo presente caracterizado por uma deriva antidemocrática sem precedentes desde há décadas e pelo questionamento sistemático de alguns dos pressupostos sociais, políticos e económicos que caracterizaram a democracia desde o fim da II Guerra Mundial – entre outros, a consagração efetiva do direito à autodeterminação e da exigência política e moral da descolonização. A discussão pública, com inevitável dimensão política, que presentemente se desenvolve em torno do significado do 25 de Abril de 1974 prova, por um lado, que a passagem do tempo por si só não empresta consensualidade à interpretação das mudanças históricas, e, por outro, como é permanentemente relevante o debate académico rigoroso, crítico e apoiado num trabalho de reflexão e investigação históricas abrangentes.

Esse debate e essa investigação são ainda mais urgentes considerando que, no momento em que se comemoram 50 anos da Revolução dos Cravos, continuam a imperar narrativas simplistas que informam o debate político no presente, incapazes de uma análise de fundo e de longa duração daquilo que foram, são, e continuarão a ser no futuro, as grandes transformações desencadeadas pelo 25 de Abril. Em 2024 e 2025, muito do debate público continua dependente de motivações inevitavelmente variadas que, em muitos casos, tendem a ignorar muito de como o Portugal democrático de

hoje foi e é moldado: pela violência da colonização dita *diferente* ("lusotropical"); pela violência de 13 anos de Guerra Colonial e suas profundas consequências; por um biénio (1974/1976) de transformações sem precedentes na história contemporânea portuguesa (revolução social, política e económica, fim da dominação colonial); por uma descolonização complexa, geradora de novas nações e de regressos; pelo fim, efetivo, de cinco séculos de história imperial; pelo regresso de milhares de *retornados*, combatentes e os seus processos de (re)integração social e económica; e finalmente pela memória, individual, coletiva, mas também política, uma memória de Abril sempre disputada, do Estado Novo, do colonialismo e da resistência democrática antifascista.

Partindo de uma preocupação em pensar os usos do passado, este dossier propõe-se debater em torno da experiência, representação e rememoração da violência quer do passado colonial em Portugal, quer dos elementos discursivos assumidos pela extrema-direita. Assim, procurar-se-á identicamente dar centralidade à Guerra Colonial, questionando o seu significado de rutura ou de continuidade estrutural, e sua interpretação e influência na realidade pós-colonial da ex-metrópole e das ex-colónias. Finalmente, pretende-se discutir o lugar da Revolução de Abril nesta história, não só como o grande catalisador de mudança, mas também como consequência direta da irreversibilidade da luta anticolonial e como pedra basilar de uma sociedade democrática pós-colonial em permanente tensão com o seu passado.

Neste sentido, são cinco os artigos que integram este dossier. O primeiro, de Eduardo Esteves, "As eleições ultramarinas de 1973: o caso de Moçambique", pretende revisitar o alcance do reformismo do governo de Marcello Caetano, a partir dos derradeiros atos eleitorais levados a cabo naquela então colónia. Fazendo uso de um corpo documental considerável, e não perdendo de vista o debate historiográfico em torno do chamado marcelismo, o autor sublinha a manutenção do centralismo colonial do Terreiro do Paço e desmonta a apregoada tese da ausência de racismo (pouco notória, aliás, na composição dos órgãos eleitos). Ainda segundo o autor, estes processos também desiludiram parte dos colonos, que aspiravam a "novas Rodésias", do mesmo modo que, desde havia décadas, se sonhava com "novos Brasis" em África. Este terceiro ciclo colonial português, seria, porém, o último.

Por seu turno, Elsa Correia Pereira, em "La fe como espacio de libertad: mujeres evangélicas portuguesas entre dictadura y democracia", oferece uma leitura da transição democrática portuguesa a partir da experiência religiosa e de género das mulheres evangélicas. Com base em oito entrevistas biográficas e num enquadramento interdisciplinar, que cruza sociologia da religião, estudos de género e história, a autora analisa as igrejas evan-

géticas dos anos 1970 como espaços de sociabilidade periférica e de emancipação simbólica, onde a fé se constituiu como um campo alternativo de pertença e de protagonismo feminino em plena hegemonia católica e sob a ditadura estadonovista. As igrejas evangélicas portuguesas emergem, assim, como laboratórios de democratização religiosa, onde as mulheres transformaram a subalternidade em protagonismo, convertendo a fé num espaço possível de liberdade e de cidadania.

O ensaio de Fábio Silva propõe, por seu lado, uma reflexão crítica sobre a persistência dos imaginários coloniais na cultura visual portuguesa, tomando o cinema como campo privilegiado para a análise das continuidades simbólicas do império. A partir do estudo dos arquivos filmicos coloniais, o autor examina as transformações da representação das comunidades afrodescendentes em Portugal, articulando uma genealogia que vai da “exotização” dos chamados “indígenas” à emergência de sujeitos híbridos e pós-coloniais. A análise das curtas documentais produzidas entre as décadas de 1920 e 1960, muitas delas promovidas pela Agência-Geral das Colónias/Agência-Geral do Ultramar, e exibidas em eventos internacionais, revela o modo como a câmara colonial naturalizava a desigualdade através de uma estética de “exotização” e de controlo. O autor sublinha, contudo, que as heranças deste olhar colonial não desapareceram com a descolonização política. Elas persistem, reconfiguradas, no modo como o cinema português contemporâneo encara a diferença racial e as comunidades afrodescendentes.

Por sua vez, o capítulo de Afonso Bento Ribeiro Amaral Silva examina como a nova extrema-direita portuguesa, representada pelo partido Chega, tem reinterpretado a Revolução dos Cravos e o processo de descolonização para servir o seu projeto político de crescimento no seio do regime democrático. O autor demonstra que esta reconfiguração da memória não se limita a uma retórica revisionista, mas constitui uma pedra angular da estratégia ideológica, através da qual o Chega procura redefinir o sentido histórico de Abril, buscando dissolver o seu carácter emancipador. Neste sentido, o partido apresenta os tempos da democracia como uma narrativa de decadência nacional. A investigação, sustentada numa análise do discurso político e mediático do partido (manifestos, declarações parlamentares, artigos de opinião e comunicações digitais), revela que tal retórica assenta na articulação de três eixos narrativos: (1) a glorificação do império e a defesa de uma herança civilizacional supostamente apagada pela esquerda; (2) a construção de uma memória ressentida da descolonização, centrada nos *retornados* e nos ex-combatentes enquanto “vítimas de Abril”; e (3) a demonização do processo revolucionário, descrito como ameaça totalitária e origem de um suposto fracasso nacional.

A concluir, o texto de Amanda Oiza Bucknor versa o tema da memória pós-colonial, partindo de um caso que, à primeira vista, poderia parecer paradoxal: a presença no espaço público de um monumento ao Marquês de Sá da Bandeira (em Lisboa), ligado, como se sabe, ao abolicionismo da escravatura em Portugal. Recorde-se que, no arquipélago de Cabo Verde, antiga colónia portuguesa, na cidade do Mindelo, na ilha de S. Vicente, a estátua daquele político oitocentista e a de Camões, removidas no contexto da independência, regressariam em 1992, no contexto de mudanças políticas substantivas. O artigo de Bucknor, porém, fazendo uso de uma metodologia firmada na etnografia qualitativa, problematiza a figura de Andreza de Pina e o modo como a sua história foi romantizada, com destaque para o conjunto escultórico encimado por Sá da Bandeira. Encarnando África, com todos os seus estereótipos, a estátua de Andreza pretende representar, ainda nas palavras da autora, certa ideia de “passividade” feminina e negra, perante o “heroísmo” emancipatório europeu. Além da análise iconográfica, o texto que encerra este dossier busca passar em revista a contra-narrativa proposta por associações e grupos empenhados em desconstruir os legados coloniais no espaço público.

Em conjunto, os textos que compõem este dossier configuraram um campo de reflexão plural sobre os modos de inscrição, disputa e reatualização do passado colonial e revolucionário na contemporaneidade portuguesa. Embora distintos nos seus objetos e metodologias – da história política e social à análise discursiva e ao estudo da representação visual –, todos convergem na problematização das múltiplas formas de mobilização do passado enquanto território de conflito e de produção de sentido no presente. As leituras aqui reunidas revelam que a herança de meio século de democracia não se dissocia da longa sombra projetada pelo colonialismo, pela guerra e pela ditadura. Numa palavra, que o imaginário de Abril permanece um espaço de disputa permanente entre memória, identidade e poder.